

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: QUANDO VOCÊ CONHECE E APOIA, AS PEÇAS SE ENCAIXAM

Maria José Batista

Escola Municipal São José – Rio Pomba

mariajosebatista66@yahoo.com.br

Leonardo da Fonseca Barbosa

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - campus Rio Pomba

leonardo.fonseca@ifsudestemg.edu.br

RESUMO – O presente estudo tratou da temática da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de propor uma análise das barreiras e possibilidades da inclusão dos alunos com TEA no curso Técnico Concomitante em Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *Campus Juiz Fora*. O motivo para a realização desta pesquisa deve-se ao fato de ser de grande importância que se ofereçam esclarecimentos sobre o tema a todos que convivem com estudantes com TEA para que possam aprimorar as práticas educativas no âmbito da EPT. A pesquisa consistiu em um estudo de caso realizado por meio de uma análise qualitativa, dividida em três fases. Na primeira fase foi realizada uma análise documental. Na segunda foram realizadas entrevistas individuais com os professores e responsável pelo aluno com TEA. Na terceira, foi aplicado um questionário para a turma do curso que apresentava um estudante diagnosticado com TEA, grau moderado de acordo com o DSM V, (2013). O estudo dos conteúdos foi realizado por meio do método de análise de conteúdo, fundamentado em Bardin (2011). Foi identificado, com essa pesquisa, barreiras como a capacitação de professores e ausência de diálogo entre servidores e a família. O Produto Educacional originado deste estudo foi projetado para área geradora do problema pesquisado, como um instrumento de reflexão e mudança do contexto. Optou-se por uma cartilha, os desafios da inclusão são contínuos. Por isso, o diálogo, bem como a ação de todos, é que contribuirão para que tenhamos um ensino que se adeque a realidade de todos.

Palavras-chave: Autismo. Educação Inclusiva. Educação Profissional e Tecnológica.

AUTISM SPECTRUM DISORDER: WHEN YOU KNOW AND SUPPORT THE PIECES MATCH

ABSTRACT - The present study dealt with the theme of the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), with the objective of proposing an analysis of the barriers and possibilities of the inclusion of students with ASD in the Technical course Concomitant in Electrotechnics at IF Sudeste MG, *Campus Juiz Fora*. The reason for carrying out this research is to the fact that it is of great importance that clarifications on the subject are offered to everyone who lives with students with ASD so that they can improve educational practices within the scope of EPT. The research consisted of a case study carried out through a qualitative analysis, divided into three phases. In the first phase, a documentary analysis. In the second, individual interviews were carried out with the teachers and responsible for the student with ASD. In the third, a questionnaire was applied to the class of the course that had a student diagnosed with ASD, moderate degree according to DSM V, (2013). The study of the contents was carried out by through the content analysis method, based on Bardin (2011). Through this research, it was identified barriers such as teacher training and lack of dialogue between employees and the family. The Educational Product originated from this study was designed for the generating area of the researched problem, as an instrument of reflection and context change. A booklet was chosen, the challenges of inclusion are continuous. Therefore, the dialogue, as well as the action of all, is that they will contribute for us to have a teaching that fits the reality of all.

Keywords: Autism. Inclusive education. Professional and Technological Education.

LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EPT

LINK DO PRODUTO: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601194>

1. INTRODUÇÃO

A escola tem papel preponderante na formação do cidadão para o mundo do trabalho. Mais do que isso, ela é responsável pela formação do indivíduo, como sujeito transformador do pensar, do agir de forma ética e preocupado com as questões de sustentabilidade e benefício coletivo. Nesse sentido, todos devem ter direito a uma educação de qualidade e que leve em conta as especificidades de cada sujeito. Por isso, quando se fala em educação para todos, deve-se sempre ter em conta a inclusão escolar.

Numa escola inclusiva,

(...) todos os estudantes deveriam aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem identificar e adaptar-se às diversas necessidades de seus estudantes, independente dos ritmos de aprendizagem, o importante é assegurar a todos uma educação de qualidade (UNESCO, 1994).

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar, significa ter todas as pessoas inseridas no ensino regular, independentemente de sua etnia, religião, gênero, classe social, dificuldades motoras e/ou intelectuais, cabendo à escola adaptar-se para atender as necessidades de todos.

Para que seja possível realizar uma educação inclusiva, faz-se necessário conhecer e entender as dificuldades pelas quais os estudantes passam. Estas dificuldades estão relacionadas a diversos aspectos, dentre eles estão os transtornos mentais. O autismo, descrito no Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V, é um deles, sendo considerado como um transtorno do neurodesenvolvimento. O autismo engloba a Síndrome de Asperger e abarca diversas dificuldades do desenvolvimento humano, recebendo assim o termo TEA – Transtorno do Espectro Autista (DSM-V, 2014).

Segundo a APA - Associação Psiquiátrica Americana (2014), além dos prejuízos no comportamento com padrões restritos e repetitivos, a pessoa com autismo apresenta déficits persistentes na interação e na comunicação social. O TEA em meninos é mais comum, com a proporção de quase cinco meninos afetados para cada menina.

De acordo com DSM-V (2014), as dificuldades podem se manifestar de diversas formas, com intensidades que transitam de leve a grave. A gravidade pode variar de acordo com o tipo de apoio necessário: o nível I refere-se à necessidade de “apoio muito

substancial”, o nível II diz respeito à “exigência de apoio substancial” e, por fim, o nível III concerne a “exigindo apoio” (APA, 2014).

Conforme os dados disponibilizados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (*Center of Diseases Control and Prevention* / CDC), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe um caso de autismo a cada 54 crianças. E ainda, o autismo é encontrado em todos os grupos étnico-raciais e socioeconômicos. No Brasil, não há dados oficiais sobre a prevalência do autismo, mas estima-se que aproximadamente dois milhões de pessoas podem ser incluídas nesse diagnóstico (FADDA; CURY, 2016).

Em consonância com o paradigma da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA assegura que os alunos que possuem o transtorno sejam matriculados nas escolas regulares (BRASIL, 2008; MEC/SECADI, 2008).

Isto posto, verifica-se que os IFs - Institutos Federais tem como missão:

(...) promover educação básica, profissional e superior, pública, de caráter científico, técnico e tecnológico, inclusiva e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional (IF SUDESTE MG, 2014, p.19).

Logo, precisam estar preparados para uma educação que atenda a todos, respeitando suas diferenças. São necessárias, portanto, práticas pedagógicas que atendam as especificidades, não só dos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas de toda a comunidade escolar.

Autores como Glat (2007) e Sampaio (2009) indicam que nas licenciaturas os professores adquirem conhecimento muito superficial de como trabalhar com o público-alvo da Educação Especial. Isso pode provocar nesses profissionais atitudes negativas ante aos estudantes com deficiência por duas razões: falta de informações apropriadas e falta de contato com estudantes com deficiência.

Diante desta perspectiva surge então a questão problema deste estudo: quais são as barreiras e as possibilidades da inclusão dos alunos com TEA no Ensino Técnico Concomitante em Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *Campus* Juiz de Fora

A pesquisa se justifica pelo fato de ser de grande importância a obtenção de esclarecimentos que possam auxiliar nas estratégias para uma Educação Inclusiva efetiva no que diz respeito à legislação, documentos institucionais e discurso dos sujeitos. Dessa forma, a partir das indagações mencionadas, desenvolvemos um estudo com o objetivo geral de investigar, a partir de um estudo de caso, as barreiras e as possibilidades da inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Técnico, através dos discursos dos professores, do coordenador do curso, dos estudantes, do estudante com TEA e de seu responsável.

Para alcançar esse objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar análise documental sobre os processos e ações para a inclusão dos estudantes com TEA no IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora;
- Compreender, a partir dos discursos dos docentes, do coordenador, dos discentes, do estudante com TEA e dos pais responsáveis por esse aluno, como ocorre o processo de inclusão dos estudantes com TEA no instituto;
- Analisar as barreiras e possibilidades da inclusão de alunos com TEA;
- Produzir, aplicar e avaliar um produto educacional sobre TEA voltado para os professores do IF Sudeste MG.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - *Campus* Juiz de Fora, no curso técnico concomitante em Eletrotécnica, turno noturno, cuja turma apresentava um estudante diagnosticado com autismo matriculado.

Foram realizadas entrevistas individuais com quatro professores da área técnica, incluindo o coordenador do curso, e com um responsável pelo aluno com TEA.

Todos os momentos foram gravados em áudio e transcritos para compor o conteúdo do corpus textual unificado, conforme indicação do software IRAMUTEQ⁴. A identificação na análise dos dados e a identidade dos informantes foram salvaguardadas, ao passo que o conteúdo coletado foi devidamente autorizado para uso mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em momento posterior à coleta, os dados previamente gravados em áudio foram transcritos e interpretados por meio do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Outro método utilizado durante a pesquisa de campo foi a aplicação de um questionário para os estudantes da turma do aluno com TEA. Esse foi redigido em forma de perguntas fechadas e uma última aberta para proporcionar maior liberdade para respondê-la. De um total de vinte estudantes matriculados na turma, doze estavam presentes no momento da aplicação e responderam as questões da pesquisa.

Os dados coletados nos questionários foram inseridos em planilhas eletrônicas do programa Excel, onde foram realizadas as primeiras análises dos dados. Neste programa, foi

⁴ IRAMUTEQ - Interface R para análises multidimensionais de textos e questionários. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salvati>

possível obter tabelas de respostas e gráficos a partir da inserção de dados e da seleção dos parâmetros para as análises. Foi possível realizar análises de correlação e covariação, o que sempre será possível quando houver pelo menos duas variáveis de medida.

Uma cartilha educacional foi desenvolvida a partir das análises sobre legislação, inclusão, procedimentos pedagógicos, conceitos e estudos sobre TEA e dos dados obtidos. Essa cartilha foi apresentada aos professores do IF Sudeste MG - *Campus* Juiz de Fora e validada a partir de um questionário aplicado junto a estes professores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma nuvem de palavras foi gerada a partir da análise dos dados da pesquisa pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), por meio do software IRAMUTEQ. As palavras que tiveram maior destaque foram: aluno, saber, inclusão, professor, autismo, conseguir, aula, gente, dificuldade, entender, preencher.

Figura 01. Nuvem de Palavras geradas a partir da análise do discurso dos participantes da pesquisa pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir de análise com o software Iramuteq.



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2020).

Após as etapas de processamento, foram interpretados os sentidos das palavras nos discursos dos profissionais. A palavra ‘saber’ esteve no discurso do responsável pelo aluno com TEA para indicar que ele não conhecia os professores que ensinariam seu filho na instituição.

[...] sinto falta de saber quem são os professores do meu filho, as reuniões sempre são com a coordenadora do NAI, nunca sentei com os professores para conversar sobre o meu filho (LUIZA).

Por outro lado, os professores utilizaram a palavra ‘saber’ em seus discursos, por desconhecer o TEA e como lidariam com a adequação das suas aulas, para indicar que os alunos aprendessem independente das dificuldades: “... a gente fica meio sem saber o que fazer,

igual eu te falei eu não conheço bem essa síndrome (Mateus)” e “Quando fiquei sabendo que ia ter um aluno com Autismo, dá uma impacto, de saber como adequar a nossa disciplina da área técnica (João)”.

O discurso do responsável pelo estudante contrasta com o dos professores, de modo que muitas dificuldades dos professores poderiam ser dirimidas com o diálogo junto à família do estudante. Assim como o conhecimento sobre o tema passa também pela ‘capacitação’, que é outra palavra que está nos discursos, mas com menos frequência que o ‘saber’. A deficiência na capacitação de professores, sobretudo para o tema inclusão, é algo tido como uma lacuna na sua formação inicial (SILVA *et al.*, 2016). Mas, essa lacuna pode ser preenchida por ações institucionais que visem suprir essas e outras carências.

Por isso, o Núcleo de Ações Inclusivas - (NAI), que também está presente no discurso dos participantes da pesquisa como ‘NAI’, tem papel importante em intermediar o diálogo entre professor, aluno e família e em promover atividades que possam capacitar os servidores nos temas ligados à inclusão de forma abrangente e específica. De acordo com Mantovan (2003), a metodologia utilizada tem que se adequar às diferentes formas de aprendizagens, independentemente de ser um aluno deficiente ou não, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Cabe destacar que no discurso da família o papel do NAI já é destacado:

A coordenadora do NAI é a pessoa que mais apoia meu filho, ela sempre entra em contato comigo, tudo que meu filho precisa ele tem a liberdade de ir no NAI e pedir ajuda. (LUIZA).

O Núcleo de Ações Inclusivas é um setor de atendimento que atua junto aos docentes, discentes e toda comunidade escolar, buscando meios e recursos para dar suporte ao processo de ensino/aprendizagem do público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva (estudantes com deficiência, Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades / Superdotação). Desenvolve, também, um trabalho de articulação entre os mais diversos setores que compõem a instituição em prol da oferta de uma educação que prime pelo viés inclusivo, buscando sempre uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (IFSUDESTE MG, 2021).

Outra palavra presente no discurso dos participantes é ‘preencher’:

Não tive capacitação sobre o Autismo não, tivemos no início do curso reuniões e palestras e documentos para preencher. (PAULO).

Não tive capacitação, do NAI só chega alguns relatórios para preencher, mas nada assim muito concreto, no início do semestre houve algumas palestras sobre inclusão, sobre atendimento individualizado, algumas obrigações que a gente tem que fazer, como relatórios para preencher, esse tal de PEI que eu não conheço e nem entendo qual é o objetivo desse documento que só chega para a gente no final do semestre, mas nunca um treinamento ou assim vamos simular um caso que possa acontecer ou um estudo de caso (JOÃO).

Durante o acompanhamento do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)⁵, é feito pelo NAI um Plano Educacional Individualizado (PEI)⁶, preenchido pelos servidores do NAI em colaboração com os professores do estudante. Este documento demanda também informações sobre o cotidiano do aluno, fazendo com que a participação dos pais do estudante seja de grande relevância. A participação de diferentes sujeitos faz parte da elaboração e implementação do PEI, o que deve ocorrer também nas diferentes etapas do ensino e aprendizagem do estudante, de modo a subsidiar a análise e tomada de decisões (BARBOSA, 2019).

Nesse sentido, o PEI se constitui num instrumento que norteará as ações institucionais no que diz respeito ao acompanhamento pedagógico, dando uma resposta mais adequada as NEE dos estudantes (OLIVEIRA, 2017).

As pessoas possuem tempos e modos de aprendizagem diferentes. É comumente observado nas classes regulares que alguns estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem diante do currículo padronizado, planejado para uma classe homogênea. O PEI pode identificar as dificuldades na aprendizagem, as potencialidades e capacidades do estudante, de modo que ele desenvolva seus conhecimentos (BARBOSA, 2019).

Por isso, o preenchimento de documentos como o PEI se torna uma burocracia necessária, mesmo que às vezes haja um desconhecimento do que é e para que o PEI é utilizado. Então, cabe um esforço da instituição no sentido de apresentar, discutir e sensibilizar os envolvidos. Esses, por sua vez, podem questionar, conhecer melhor e discutir acerca da necessidade, objetivo, elaboração e aplicação desse documento, para que isso não seja visto como barreira, e sim como possibilidade.

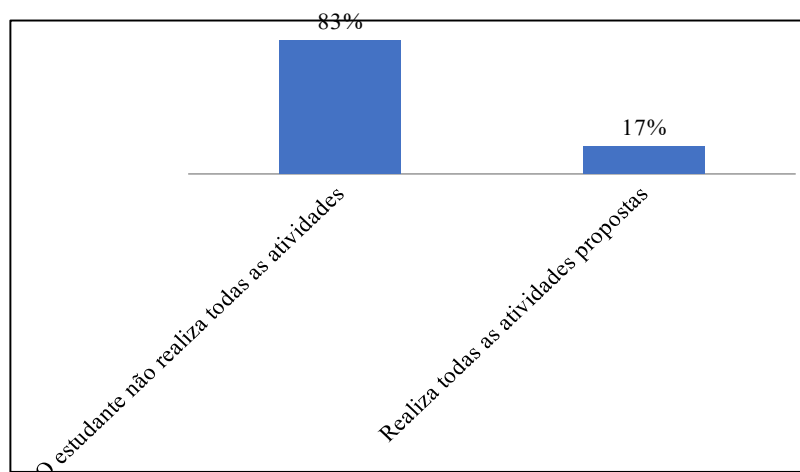
Seguindo o roteiro proposto para pesquisa, no olhar dos estudantes é possível verificar que esses, em sua maioria, observaram dificuldades na realização de atividades pelo estudante com NEE (Gráfico 1).

⁵ Necessidades Educacionais Especiais (NEE) esse termo é aplicado a todas aquelas crianças, jovens ou adultos cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

⁶ Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta que viabiliza a inclusão dos estudantes com NEE. Ele norteia os trabalhos de atendimento aos estudantes levando em conta as necessidades individuais dos sujeitos, tendo metas diferenciadas de acordo com as especificidades de cada educando.

Esse olhar da turma é importante no sentido de sensibilizar para que exista cooperação e olhar para o outro. A formação humana e integral passa por isso e um próximo passo nessa relação seria o apoio da turma diante dessas dificuldades observadas.

Gráfico 1 – Visão dos estudantes sobre convívio e realização de atividades pelo aluno NEE.

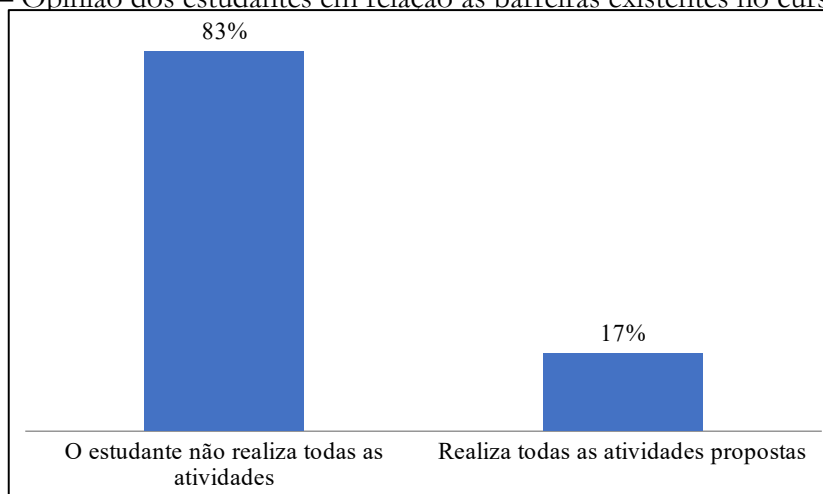


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Esse dado demonstra também outro fator relacionado à expectativa do estudante de que todos acompanhem ou estejam num mesmo ritmo de aprendizagem. Na formação, partindo do pressuposto de que todos temos o nosso tempo e as nossas diferenças, o aprendizado pode acontecer em ritmos distintos, de aluno para aluno. No caso do estudante com NEE, isso pode ser mais perceptível, dadas as condições inerentes ao TEA (PLETSCH, 2014).

A partir desse olhar e diante das dificuldades observadas, os colegas da turma evidenciaram como principais barreiras para com o aluno com TEA: aprendizagem 67%, acessibilidade 17%, apoio dos professores e do NAI 8% e fazer amizades 8% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Opinião dos estudantes em relação às barreiras existentes no curso.

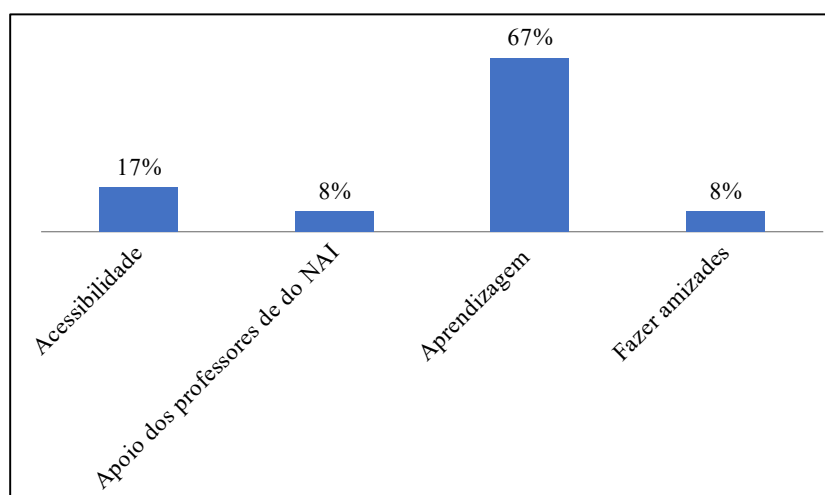


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A aprendizagem preocupa e deve ser objeto de diagnóstico, tanto do professor quanto do NAI, para que haja uma intervenção no sentido de que essa dificuldade seja amenizada. Isso faz parte do trabalho de inclusão. Ademais, o tema acessibilidade, discutido anteriormente, é uma barreira do Campus, que foi diagnosticada na análise documental e na percepção dos estudantes.

Além das questões relacionadas ao apoio dos professores e do NAI (Gráfico 3), as amizades foram apontadas também pelos colegas de turma do estudante com TEA e são questões às quais a instituição deve trabalhar a partir da capacitação de servidores com atividades que abordem temas ligados a inclusão. É importante ampliar os investimentos pedagógicos para maximizar os potenciais de aprendizagem desses alunos, tendo o cuidado para não os rotular e nem os deixar à margem dos processos educativos (PLETSCH; GLAT, 2012).

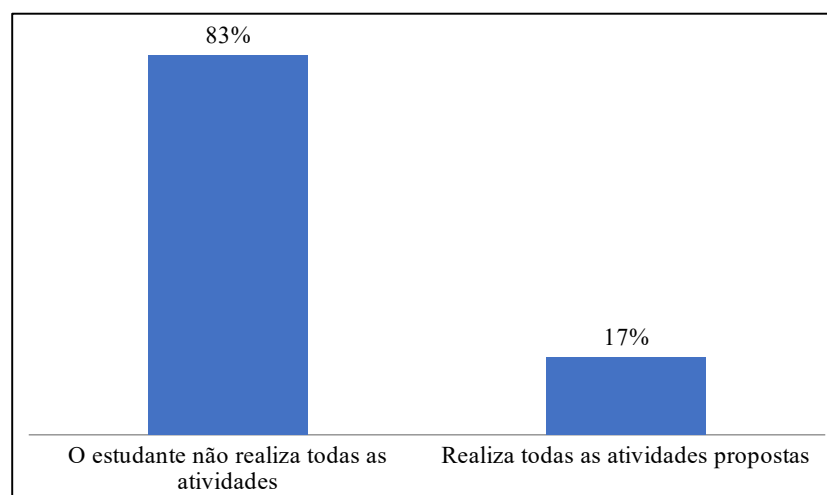
Gráfico 3 – Opinião dos estudantes quanto às circunstâncias que favorecem a inclusão.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Além do NAI, o tema capacitação retorna nesse questionamento, tendo em vista que os estudantes reconhecem a importância da preparação de professores no tema inclusão. Todos os estudantes que participaram da pesquisa indicaram que a inclusão traz benefícios para todos, alunos, servidores, instituição e sociedade (Gráfico 4).

Então, a participação da turma de Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *Campus Juiz de Fora* nessa pesquisa reforça o quanto a inclusão deve ser praticada nas instituições de ensino e que essa questão vai além de uma responsabilidade institucional. É uma questão de cidadania, de formação humana integral e omnilateral.

Gráfico 4 – Opinião dos estudantes sobre quem se beneficia com a Inclusão Escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Segundo Staub e Peck (1995), estudar em ambientes que valorizam a diversidade, em que estão juntos estudantes com e sem deficiência, pode ter efeitos positivos nas atitudes e nas crenças sociais de alunos sem deficiência, trazendo-lhes benefícios da inclusão como: redução do medo das diferenças humanas acompanhada por um maior conforto e consciência (menos medo de pessoas com aparência ou comportamento diferentes), crescimento da cognição social (aumento da receptividade aos outros, comunicação mais eficaz com todos os colegas), melhorias no autoconceito (aumento da autoestima, do status percebido e da sensação de pertencimento), desenvolvimento de princípios morais e éticos pessoais (menos preconceito, maior capacidade de responder às necessidades dos outros) e amizades carinhosas.

Havia um espaço no final do questionário onde os alunos respondentes poderiam sugerir algo que poderia ser criado ou implementado com objetivo de obtenção de melhoria para a inclusão de alunos com deficiência. Todos os estudantes deram suas sugestões, dentre as quais se destacam:

Sugiro que tenham atividades mais inclusivas para estes alunos, práticas que possam aprimorar o entendimento e conhecimento. Profissional mais capacitado que tenham uma forma de lecionar de maneira a melhorar a experiência deste aluno. Palestras que possam melhorar o entendimento de todos, sobre a inclusão de alunos com deficiência (ESTUDANTE 1, 19 anos).

Maior preparo dos professores, ao meu ver todos são preparados. Maior participação do NAI nas aulas, geralmente eles nem sabem o que o aluno está estudando e sua real dificuldade. E mais apoio e compreensão dos colegas, prepará-los para que não haja preconceito e discriminação (ESTUDANTE 2, 22 anos).

Infelizmente tem muitas pessoas preconceituosas em todo local. A maioria das pessoas não conhece a deficiência do cidadão e por isso acaba julgando, esnobando entre outras coisas. Só quando a pessoa começa a saber sobre a deficiência, que se envolve no assunto é tem mais respeito e assim acaba fazendo a sua inclusão. Com isso acho que uma divulgação, passando mais conhecimento às pessoas seria

de grande vantagem. Através do conhecimento tem mais respeito, carinho, afeto e outras coisas para a inclusão social do mesmo (ESTUDANTE 3, 24 anos).

No início do curso, aparentemente, poucos professores e nenhum dos alunos sabia que tinha um aluno com essa deficiência e alguns professores e colegas de sala demoraram para acostumar com a forma e o jeito de lidar com ele. Acho que se essa informação sobre o entendimento de como é essa deficiência fosse passada de forma mais clara, conseguíamos antecipar a ajuda a esse colega (ESTUDANTE 4, 41 anos).

Produto educacional

Os resultados da pesquisa apontaram para problemas ligados a falta de informação e conhecimento da legislação, de documentos institucionais e da prática pedagógicas de ensino, sobretudo aquelas que possibilitam a participação dos estudantes, independentemente da sua condição. Dessa maneira, o produto educacional⁷ foi construído para ser aplicado na área geradora do problema pesquisado, como um instrumento de reflexão e mudança do contexto.

Trata-se de um conteúdo textual, com informações úteis para orientar a prática pedagógica dos docentes. Tem por objetivo fornecer informações sobre o Transtorno do Espectro Autista para possibilitar que se repensem as concepções de inclusão e para promover reflexões sobre práticas que auxiliem no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes com TEA.

Optou-se por desenvolver a cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam” (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601194>), por essa poder ser um instrumento de sensibilização e conscientização dos professores. No IF Sudeste MG, a utilização da cartilha pode ser feita pela equipe pedagógica, em processos de formação e orientação de docentes e em grupos de estudos, como ponto de partida para aprofundamentos na área. Também pode ser fornecida aos docentes que ingressarem na instituição.

Para melhor informar sobre a inclusão de alunos com TEA, a cartilha apresenta a definição do que é o transtorno, a prevalência, as características mais comuns, estratégias do dia a dia em sala de aula, informações adicionais sobre o tema, breve histórico sobre inclusão escolar, barreiras, documentos institucionais importantes, leis, sugestões de filmes, livros e série, e o depoimento de um professor com TEA.

⁷ Link do produto: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601194>.

Figura 2. Capa do produto educacional



Fonte: Elaborado pela autora

Avaliação do produto

A cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam” foi avaliada por um comitê *ad hoc* composto por nove servidores da Instituição: seis professores, uma pedagoga e dois técnicos do NAI no IF Sudeste MG, *Campus* Juiz de Fora. Realizamos esta escolha pois estes profissionais trabalham ou já trabalharam com o estudante com TEA.

O processo de validação da cartilha teve início com a elaboração de um formulário por meio da ferramenta *Google Forms*. Esta ferramenta proporciona o envio dos questionários por e-mail e permite ao pesquisador acompanhar as respostas em tempo real, além de produzir gráficos e planilhas com os resultados de forma automática.

O cabeçalho do formulário trazia uma apresentação sobre o produto a ser avaliado. Foram elaboradas nove questões, sendo oito questões de múltipla escolha e uma questão aberta, para que os avaliadores pudessem dar sugestões para contribuir com a melhoria do produto. Nas seis primeiras questões, avaliou-se a qualidade do produto educacional (cartilha) proposto, no que diz respeito a itens como linguagem utilizada, aspecto visual, organização do conteúdo, funcionalidade e expectativas.

A sétima pergunta questionou se existem, no IF Sudeste MG, processos de formação continuada para os docentes em relação à inclusão escolar. A oitava questão argumentou se os avaliadores acreditavam que esta cartilha poderia ser utilizada como um instrumento norteador de prática pedagógica inclusiva. A última questão foi aberta para sugestões de melhoria da cartilha.

A primeira versão da cartilha foi encaminhada por e-mail para os servidores, juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), e com o formulário de

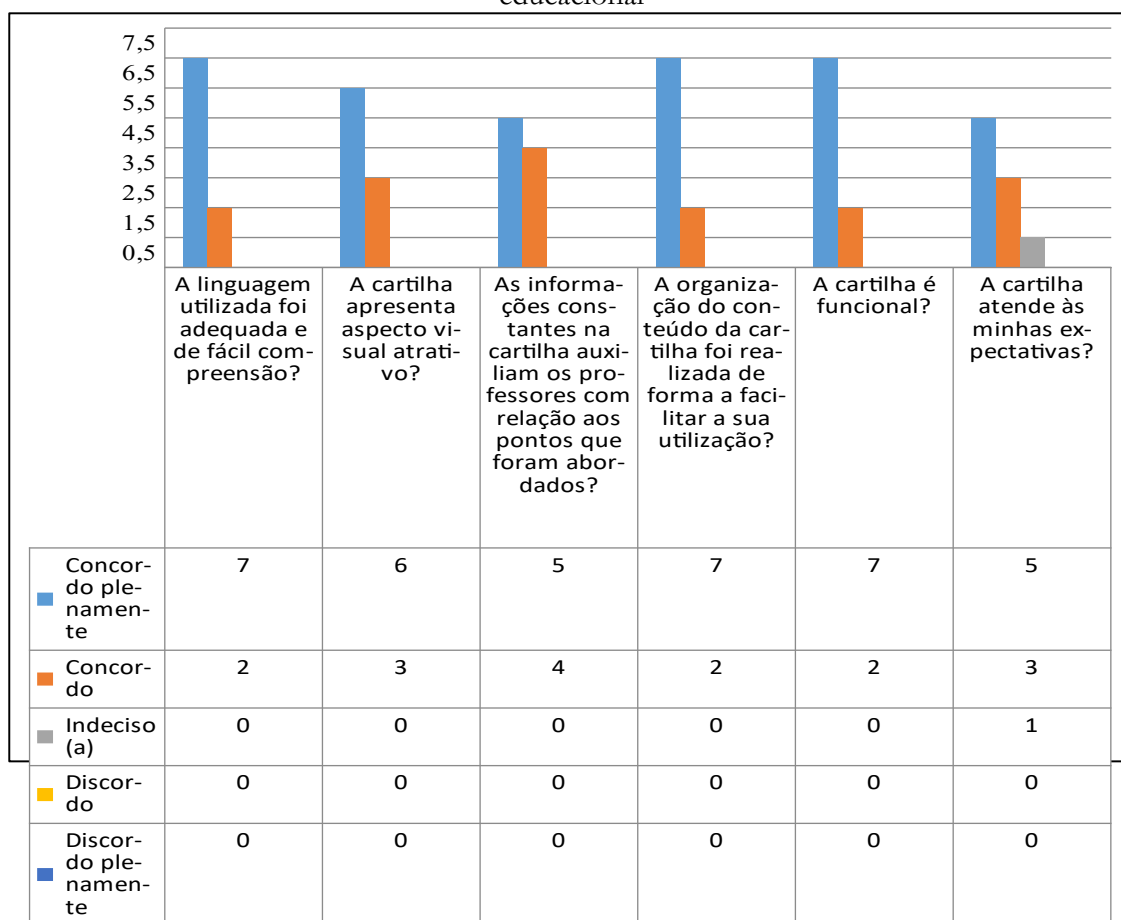
avaliação *online* no mês de dezembro de 2020, ficando disponível para a avaliação por duas semanas. Neste período, nove servidores (75%) responderam ao formulário (Gráfico 5).

A avaliação da qualidade do produto educacional apresentou resultado positivo por todos os participantes em seis aspectos analisados. Apenas um dos servidores se considerou indeciso em relação à cartilha atender às expectativas do leitor.

Após estas questões, iniciaram-se as considerações a respeito da existência de processos de formação continuada para os docentes em relação à inclusão escolar no IF Sudeste MG. Dos nove participantes, oito deles responderam que não há processos de formação continuada no Campus e um participante respondeu que há.

Em seguida, a questão a ser respondida foi se a cartilha poderia ser utilizada como um instrumento norteador de prática pedagógica inclusiva. Todos os participantes responderam que sim, afirmando que a cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam” é um instrumento que pode ser utilizado para ampliar os conhecimentos dos docentes e funcionários da instituição.

Gráfico 5 – Respostas obtidas nas seis primeiras questões referentes à avaliação do produto educacional



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do diagnóstico da pesquisa, a cartilha foi apresentada como um caminho para ultrapassar as barreiras existentes, tendo em vista que a partir do diagnóstico junto a família, estudantes e servidores do IF Sudeste MG, Campus Juiz de Fora, foram indicadas ações para possibilitar a inclusão de estudantes com TEA. Essas englobam normas e regulamentos específicos, legislação, material didático para consulta e informações importantes sobre o tema.

Conforme analisado no presente estudo, para que a inclusão efetivamente ocorra é preciso perceber que cada estudante aprende em um ritmo e de uma forma diferente. Assim, o professor, dentro da sua prática docente, precisará apresentar o seu conteúdo sabendo que cada estudante é único e conhecendo as deficiências existentes, sejam elas físicas, intelectuais, visuais ou auditivas. Desse modo, ele conduzirá melhor os processos de ensino e aprendizagem de forma a garantir que as especificidades de cada estudante sejam atendidas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA-APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, 948 p. Título original: Diagnostic and statistical manual of mental disorders.
- BARBOSA, Vânia Benvenuti. Processos de elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Dissertação ProfEPT, IF Sudeste MG, Campus Rio Pomba, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3^a reimp. da 1^a ed. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FADDA, Gisella Mouta; CURY, Vera Engler. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, jul./set.2016. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/30709>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura E Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Disponível em: <www.livrebooks.com.br/livros/educacao-inclusiva-cultura-e-cotidiano-escolar-rosana-glat-ldurs34uuwgc/baixar-ebook>. Acessado em: 20 de novembro 2018.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, IF SUDESTE MG. Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI), 2014/2 – 2019. Minas Gerais, setembro de 2014. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/pdi_2014_2019_0.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2019. (IFSUDESTE MG, 2021, página 6).

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira. **Ações Inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção**. Niterói, 2017. Dissertação do Curso de Mestrado profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan.-abr. 2012.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2 ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Disponível em:

<<https://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

SILVA, Ketlen Júlia Lima; VINENTE, Samuel; MATOS, Maria Almerinda Souza. O trabalho docente e os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência: um estudo em três escolas públicas da cidade de Manaus. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v.2, n. 3, p. 1-14. Manaus, 2016.

STAUB, Debbie; PECK, Charles A. What Are the Outcomes for Nondisabled Students? **Educational Leadership**, v. 52, n. 4, 1995.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 2017.

Maria José Batista

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Leonardo da Fonseca Barbosa

Doutor em Agronomia